



PODER

PEC dos Precatórios pode ser fatiada

Bezerra e Lira admitem possibilidade de o texto ser desmembrado. Governo aceita tornar Auxílio Brasil permanente

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), disse esperar que o Senado mantenha quase todo o texto da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) dos Precatórios, mas admitiu a possibilidade de fatiamento do texto para garantir o pagamento, em dezembro, de R\$ 400 do Auxílio Brasil, o programa que substituiu o Bolsa Família. O relator da PEC no Senado, Fernando Bezerra (MDB-PE), também admitiu um eventual desmembramento. "O fatiamento é uma possibilidade, mas não tem decisão tomada sobre isso", afirmou o senador. "Isso dependerá da natureza das alterações que serão inseridas no meu relatório."

A PEC dos Precatórios é a aposta do Planalto para bancar o Auxílio Brasil de R\$ 400, em substituição ao Bolsa Família, a partir de dezembro. A proposta adia o pagamento de mais da metade dos R\$ 89 bilhões previstos para serem quitados no ano que vem em precatórios — dívidas da União reconhecidas pela Justiça — e amplia o teto de gastos. O objetivo do Ministério da Economia é abrir uma folga fiscal de R\$ 91,6 bilhões no orçamento do próximo ano.

Na quarta-feira, os senadores Alessandro Vieira (Cidadania-SE), José Aníbal (PSDB-SP) e Orlivo Guimarães (Podemos-PR) apresentaram uma proposta alternativa a Bezerra. Entre outros pontos, o grupo propõe assegurar o pagamento dos R\$ 89 bilhões de precatórios no ano que vem, com a exclusão dessas despesas do teto de gastos. Outra sugestão é tornar o Auxílio Brasil um programa permanente, e não com vigência até dezembro de 2022, como prevê o governo. Além disso, os senadores defendem que sejam mantidas as regras atuais do teto de gastos. Segundo eles, essas medidas viabilizariam R\$ 99 bilhões para assistência social, permitindo que aproximadamente 21 milhões de brasileiros sejam beneficiados com o Auxílio Brasil de R\$ 400 por mês.

Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados



Lira durante reunião de líderes: "Eu espero e torço para que o texto tenha sua aprovação mantida (no Senado) em 95%, 96%"



O fatiamento é uma possibilidade, mas não tem decisão tomada sobre isso"

Fernando Bezerra (MDB-PE), relator da PEC

A PEC alternativa também pretende acabar com as chamadas emendas do relator (RP9) e de comissão (RP8), que não têm previsão constitucional. Na semana passada, o Supremo Tribunal Federal (STF) confirmou a liminar da ministra Rosa Weber que suspendeu a liberação de verbas das RP9, que têm sido apontadas

como um orçamento secreto, utilizado pelo governo para barganhar apoio no Congresso.

Segundo afirmou Lira, durante coletiva de imprensa, o Senado poderia aprovar parte da PEC, liberando o texto chancelado pelos deputados e senadores para promulgação, e a Câmara se debruçaria sobre as mudanças propostas pelos senadores por meio de uma proposta paralela. "Eu espero e torço para que o texto tenha sua aprovação mantida em 95%, 96%. Sempre há aqueles dispositivos de que textos comuns possam ser promulgados, e alguma diferença a gente possa trazer", afirmou.

O presidente da Câmara disse esperar a aprovação da PEC até 30 de novembro no plenário do Senado e garantiu celeridade dos deputados para avaliar eventuais alterações dos senadores.

Segundo ele, as conversas entre as lideranças das duas Casas "têm sido boas" e o clima é "muito positivo" para aprovação da proposta e a implantação do Auxílio Brasil.

Lira não deu detalhes de como a PEC abriria espaço no Orçamento para o pagamento do benefício de R\$ 400, já que os pontos polêmicos são justamente os que garantem a folga no orçamento de 2022: postergar o pagamento de uma parte dos precatórios e alterar a correção do teto de gastos, a regra que impede que as despesas cresçam em ritmo superior à inflação. Com as duas medidas, o espaço aberto no Orçamento de 2022 será de R\$ 91,6 bilhões.

Um acordo que está sendo costurado com o Senado, o governo e a Câmara pode abranger, desde o fatiamento da proposta até compromissos fora do tema

principal da PEC. Tudo para tentar viabilizar os 49 votos necessários, entre os 81 senadores, para aprovação do texto.

O Planalto está discutindo colocar na PEC uma vinculação para que todo o espaço no Orçamento a ser aberto pela proposta seja destinado ao Auxílio Brasil, a programas de assistência social e ao reajuste pela inflação de despesas obrigatórias (Previdência Social, abono salarial e seguro-desemprego).

Na prática, isso impede que o valor obtido na PEC seja destinado a reajuste de servidores públicos, como prometeu o presidente Jair Bolsonaro (**leia mais na página 7**), e também para emendas parlamentares.

A vinculação é uma demanda de senadores, especialmente das bancadas do MDB e do PSD, que não querem ver o dinheiro da PEC ser canalizado para esses gastos.

» Pedido ao Supremo

Um grupo de seis deputados apresentou ao Supremo Tribunal Federal um pedido de reconsideração da decisão da ministra Rosa Weber, que negou suspender a tramitação da PEC dos Precatórios. Os parlamentares, que haviam acionado a Corte questionando diferentes aspectos da votação em primeiro turno na Câmara, pedem que o caso seja discutido no plenário do Supremo. O pedido principal é de anulação da votação que aprovou a PEC. Eles reforçam a acusação de "atropelo do processo legislativo", destacando a "relevância" do assunto e a "insegurança jurídica" em torno dele. Assinaram o pedido Alessandro Molon (PSB-RJ), Fernanda Melchionna (PSol-RS), Joice Hasselmann (PSL-SP), Kim Kataguirri (DEM-SP), Marcelo Freixo (PSB-RJ) e Vanderlei Macris (PSDB-SP).

O governo aceitou, ainda, transformar o Auxílio Brasil num programa permanente de renda mínima. Até agora, a previsão do Planalto era pagar um benefício mínimo de R\$ 400 até dezembro de 2022, pouco depois das eleições nas quais Bolsonaro pretende concorrer à reeleição.

Bezerra apresentou, ontem, a proposta alternativa dos senadores ao ministro da Economia, Paulo Guedes, que já havia se manifestado contrário às alterações sugeridas pelos parlamentares. Na quarta-feira, o economista considerou um "grande erro", capaz de comprometer o crescimento previsto pelo governo para 2022, a ideia de retirar o pagamento dos precatórios da regra do teto. Segundo ele, a proposta colocaria em risco a arquitetura fiscal, por serem os precatórios uma despesa "incontrolável".

NAS ENTRELINHAS



Por Luiz Carlos Azedo
luizazedo.df@dabr.com.br

Disputa autofágica entre tucanos dificultará suas alianças futuras

As prévias do PSDB são uma novidade na política partidária brasileira, inclusive por concederem um protagonismo inédito aos filiados e mandatários da legenda, que sempre resolveu suas disputas por meio de acordos de cúpula costurados pelas suas lideranças históricas, entre as quais o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, o senador José Serra (SP) e o senador Tasso Jereissati (CE). No domingo, serão as bases partidárias — filiados, vereadores e prefeitos, deputados estaduais e federais, senadores e governadores — que escolherão o candidato tucano à Presidência, entre os governadores João Dória (SP) e Eduardo Leite (RS) e o ex-prefeito de Manaus Arthur Virgílio (AM). Mas é uma disputa fratricida, que

dificultará sua unificação e a atração de aliados tradicionais nas eleições de 2022.

O racha no PSDB está escrito nas estrelas, qualquer que seja o vencedor. Nas últimas semanas, o governador João Dória fez uma ofensiva partidária que o levou a quase todos os estados e promoveu uma disputa, homem a homem, na qual até os vereadores de pequenas cidades foram abordados pessoalmente por seus emissários. Por isso, agora, é o favorito, mas não por larga margem. Muitas lideranças tucanas apoiam Eduardo Leite, que teria até 37% dos votos já assegurados nas prévias.

Arthur Virgílio, uma liderança histórica, dá sinais de que reserva para si o papel de pacificador do partido. Nem Dória nem Leite decolaram nas pesquisas eleitorais, o

que acirra o conflito. A dissidência do ex-governador Geraldo Alckmin, cada vez mais próximo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, fragiliza Dória. O ponto forte do governador gaúcho, Eduardo Leite, é o fato de ser uma novidade na cena nacional e ter apoio de lideranças tucanas tradicionais, inclusive em São Paulo. Player na disputa interna, o deputado Acácio Neves (MG), por exemplo, que apoia Leite, já ensaia uma dissidência séria, após as prévias, arrastando a seção mineira em outra direção, caso Dória seja o escolhido.

O governador paulista é um obstinado. Tanto na eleição para a Prefeitura de São Paulo quanto na disputa do Palácio dos Bandeirantes, Dória largou bem atrás dos concorrentes. Em 2015, era uma novidade na política, com

O RACHA NO PSDB ESTÁ ESCRITO NAS ESTRELAS, QUALQUER QUE SEJA O VENCEDOR. NEM DORIA NEM LEITE DECOLARAM NAS PESQUISAS ELEITORAIS, O QUE ACIRRA O CONFLITO

um perfil muito mais liberal do que social-democrata, na verdade, um outsider na política tradicional. Ficou dois anos na prefeitura da capital e, depois, disputou o Palácio dos Bandeirantes, embarcado na onda que levou Bolsonaro ao poder, como a maioria dos candidatos tucanos, o que explica a ambiguidade das bancadas do PSDB no Congresso em relação ao governo Bolsonaro.

Pandemia

Com a pandemia, Bolsonaro e Dória se digladiaram diariamente, por causa da política de isolamento social e das vacinas, o que desgastou a imagem de ambos na opinião pública. Bolsonaro apostou na "gripesinha" e na "imunização de rebanho" e quebrou a cara. Dória adotou a política de isolamento social e resolveu o problema da produção de vacinas, mas acabou desgastado por causa da "chatice" de suas entrevistas coletivas, apesar das advertências de tucanos mais escudados nessas disputas.

Resultado: apesar de ser o grande artífice da vacinação em massa no Brasil, com milhões de brasileiros beneficiados pelo imunizante produzido pelo Instituto Butantan, a CoronaVac, até agora, Dória não conseguiu capitalizar eleitoralmente esse feito. Chamado de "cozinha" pelos petistas e "calça apertada" pelos bolsonaristas, virou um "chato" para muitos eleitores. Agora,

tenta resgatar a imagem de bom gestor para alavancar sua candidatura presidencial. Nada disso, porém, o abala. Dória acredita que sua candidatura se imporá pela competência administrativa e pelo posicionamento claramente liberal, como nas duas eleições que venceu.

Eduardo Leite é suave, sai do Sul com um discurso liberal na economia e identitário nos costumes; conversa com todo mundo e tem no portfólio uma gestão fiscal competente, num estado estrangulado por antigas dívidas. Caso vença as prévias, terá mais facilidades para fazer alianças e disputar os votos do Sul do país, a base mais robusta de Bolsonaro. Mas seu caminho não será tão livre como antes, por causa da candidatura do ex-ministro Sérgio Moro (Podemos). A tendência de Leite, caso perca as prévias, não é concorrer à reeleição. Tentará fazer o sucessor e se preparar para 2026. Sua ambição é a Presidência, mesmo que a candidatura seja adiada.